

**Ex-noiva é presa acusada de mandar matar jogador de futebol no Rio**

**Policial que matou brasileiro nos Estados Unidos é inocentado e deverá voltar ao trabalho**

B-7

B-8

# GRANA

**TRABALHO, CONCURSOS, DICAS, DEFESA, BRASIL E MUNDO**

# Veja todas as regras para ter a pensão do INSS

## SAIBA COMO OBTER O BENEFÍCIO

Para ter a pensão por morte não há carência, mas o óbito tem que ter ocorrido quando o trabalhador era segurado do INSS

**6,3 milhões**

é o número de pensões por morte pagas atualmente no país

**8,67%**

é o percentual que a pensão por morte representa do total de benefícios concedidos até julho de 2008, segundo o Ministério da Previdência

Arte Agor

**PENSAO POR MORTE É PAGA A VIÚVO, FILHOS, PAIS, AMANTES E HOMOSSEXUAIS E PODE SER ACUMULADA COM OUTROS BENEFÍCIOS**

## O QUE É A PENSÃO?

É o benefício pago à família do trabalhador quando ele morre. Para a concessão da pensão por morte, não há tempo mínimo de contribuição, mas é necessário que o óbito tenha ocorrido enquanto o trabalhador tinha qualidade de segurado

Se o óbito ocorrer após a perda da qualidade de segurado, os dependentes terão direito a pensão desde que o trabalhador tenha cumprido, até o dia da morte, os requisitos para obtenção de aposentadoria

A pensão pode ser acumulada com outros benefícios, como aposentadoria e auxílio-doença

## QUEM PODE TER

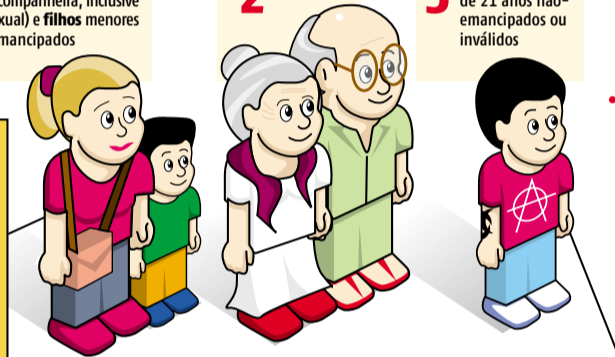
A legislação previdenciária divide em três classes os dependentes do segurado que morreu

A prioridade é decrescente e não cumulativa, ou seja, a pensão só pode ser dividida entre pessoas de mesma classe

**1** **Cônjuge** (homem ou mulher), **companheiro** (ou companheira, inclusive de união homossexual) e **filhos** menores de 21 anos não emancipados ou inválidos

**2** **Pais**

**3** **Irmãos** menores de 21 anos não emancipados ou inválidos



## UNIÃO ESTÁVEL

Quem não era casado no papel com o segurado que morreu terá de provar ao INSS que possuía uma união estável para obter o benefício

O INSS alterou, em julho deste ano, a forma de reconhecer a união estável

A alteração ocorreu após recomendação do Ministério Público Federal do Espírito Santo e da AGU (Advocacia Geral da União)

Agora, testemunhas que comprovem a união estável serão aceitas nos postos do INSS, o que poderá reduzir o número de ações que pedem na Justiça a pensão por morte quando não há a documentação necessária

Um pedido na Justiça demora cerca de dois anos, segundo o procurador André Pimentel Filho, do MPF do Espírito Santo

Na capital, um benefício demora cerca de 45 dias para ser concedido após o atendimento no posto

## IRMÃO OU FILHO INVÁLIDO

De acordo com a Instrução Normativa do INSS nº 96, de 2003, o irmão ou o filho maior inválido terá direito à pensão desde que a invalidez, concluída mediante exame médico pericial, seja anterior à data do óbito do segurado e que o requerente não tenha se emancipado até a data da invalidez

## OBSERVAÇÕES

Enteados ou menores de 21 anos sob tutela do segurado possuem os mesmos direitos dos filhos, desde que não possuam bens para garantir seu sustento e sua educação

A dependência econômica de cônjuges, companheiros e filhos é presumida. Nos demais casos, deve ser comprovada por documentos, como declaração do Imposto de Renda

Em caso de morte de um segurado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), os dependentes têm direito à pensão por morte.

Há três classes de dependentes que podem ter o benefício, em escala de prioridade: 1) cônjuge, companheiro e filho menor de 21 anos não emancipado ou inválido; 2) pai ou mãe; 3) irmão menor de 21 anos não emancipado ou inválido.

O benefício pode ser pago tanto para mulheres quanto para homens, além de amantes e companheiros homossexuais, desde que comprovem a união estável. Para que a pensão seja concedida, não há número mínimo de contribuições que o ex-segurado precisa ter feito ao INSS, mas, na ocasião do óbito, ele deve ter a qualidade de segurado (veja as regras ao lado).

## União estável

Quem não era casado no papel tem direito à pensão desde que comprove a união estável. Até julho, apenas provas documentais, como conta conjunta e declaração do Imposto de Renda, eram aceitas nos postos do INSS. Agora, porém, testemunhas são aceitas como provas, o que antes valia só na Justiça.

Assim, vizinhos e porteiros de prédio, por exemplo, poderão servir de prova. Para isso, precisam ir à agência do INSS e responder perguntas sobre o casal. Nesse caso, o dependente precisa de três testemunhas mais um documento para pedir a pensão.

Como a mudança na regra é recente, alguns postos podem não aceitar o depoimento como prova. No início do mês, o Agora foi a cinco postos, e só um atendente conhecia a alteração. Porém, o INSS diz que a regra vale e que o técnico que avaliará o pedido a conhece. Se, ainda assim, o posto negar, o dependente poderá entrar com uma ação Justiça Federal.

## Divisão da grana

Se o segurado morto tiver mais de um dependente da mesma classe, como cônjuge e filhos, o benefício será dividido igualmente. "Quando os filhos completam 21 anos, porém, perdem a pensão, que é redividida. Mas o viúvo recebe por toda a vida, mesmo se voltar a se casar", afirma a advogada Marta Gueller.

O que não pode é a divisão entre dependentes de classes diferentes, como filhos e pais. Caso um pensionista fique viúvo pela segunda vez, poderá escolher o benefício maior. Esse é o único caso em que a pensão não pode ser acumulada: ela pode ser recebida por quem tem aposentadoria e auxílio-doença, por exemplo. (Juliana Colombo)

## QUEM PERDE A QUALIDADE DE SEGURADO

Situações em que o trabalhador deixa de ser segurado do INSS:

O segurado que não faz contribuições por 12 meses

Esse prazo pode ser prorrogado para até 24 meses se o trabalhador já tiver pago mais de 120 contribuições mensais sem interrupção

Para o desempregado, os prazos são acrescidos de mais 12 meses, desde que comprovada a situação por registro do Ministério do Trabalho e Emprego

No caso de segurados facultativos, a qualidade de segurado é mantida por seis meses

## AS MUDANÇAS

### COMO ERA

- O reconhecimento da união estável era feito no posto do INSS com no mínimo três provas documentais
- A regra foi alterada. Quem não tiver o número mínimo de provas documentais poderá complementar o conjunto probatório com a apresentação de testemunhas
- Antes, esse tipo de prova só era considerado válido na Justiça

### COMO É AGORA

- A união estável pode ser comprovada no posto do INSS com um único documento que sirva de justificativa administrativa, e não mais três, como era até julho
- As outras provas poderão ser a declaração de três a seis testemunhas
- Quem tiver três documentos como prova continuará recebendo o benefício

## VALOR DA PENSÃO

### QUANDO O SEGURADO...

#### ...JÁ ERA APOSENTADO

Neste caso, o valor do benefício será 100% do valor que o segurado recebia de aposentadoria

#### ...ESTAVA NA ATIVA

Se o segurado trabalhava, o valor da pensão do dependente será calculado sobre as contribuições corrigidas de julho de 1994 até a data do óbito

A média aritmética será feita considerando 80% das maiores contribuições, até o valor do teto previdenciário (R\$ 3.038,99)

## DIVISÃO DO BENEFÍCIO

Se a família é formada por mais de um dependente dentro da mesma classe, como cônjuge e filhos, o valor do benefício é dividido igualmente entre eles

Quando um dos filhos completa 21 anos, ele deixa de receber, e os irmãos menores e a mulher ou o marido passam a receber mais

## ACÚMULO DE BENEFÍCIOS

- O recebimento da pensão por morte não impede que o dependente peça a sua aposentadoria normalmente — ou seja, poderá acumular o recebimento com a aposentadoria
- Se um dependente já recebe a pensão e o filho do casal morre, por exemplo, o dependente terá direito a duas pensões se comprovar que dependia economicamente daquele filho

## DESAPARECIMENTO E MORTE PRESUMIDA

- Quando o segurado do INSS está desaparecido, a família pode pedir a pensão até que ele seja localizado
- Se ele for encontrado, a pensão será suspensa
- Em caso de desaparecimento do segurado em catástrofe, acidente ou desastre, será concedida a pensão por morte presumida
- Serão aceitos como prova do desaparecimento: boletim de ocorrência da polícia, documento confirmando a presença do segurado no local do desastre, noticiário dos meios de comunicação e outros
- Nesses casos, quem recebe a pensão por morte terá de apresentar, de seis em seis meses, documento sobre o andamento do processo de desaparecimento, até que seja emitida a certidão de óbito
- Para que o INSS conceda o benefício, será necessária uma declaração da Justiça Federal, que servirá como prova para a concessão

## SEGUNDO CASAMENTO

- Se o dependente se casar de novo ele não perde a pensão
- Mas se o segundo marido ou mulher também morrer o dependente não terá duas pensões — ele poderá ficar com a de maior valor

## DOCUMENTOS QUE PODEM COMPROVAR A UNIÃO ESTÁVEL

- Certidão de nascimento de filho em comum
- Certidão de casamento no religioso
- Declaração do Imposto de Renda do segurado em que conste o interessado como seu dependente
- Testamento
- Declaração especial feita em tabelião
- Prova de mesmo domicílio (como contas que chegam no nome do dependente no endereço em comum)
- Prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil
- Procuração ou fiança reciprocamente outorgada
- Conta bancária conjunta
- Registro em associação de qualquer natureza em que conste o interessado como dependente do segurado
- Anotação constante de ficha ou livro de registro de empregados
- Apólice de seguro na qual conste o segurado como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária
- Ficha de tratamento em instituição de assistência médica na qual conste o segurado como responsável
- Escritura de compra e venda de imóvel pelo segurado em nome de dependente
- Declaração de não-emancipação do dependente menor de 21 anos

## QUEM NÃO PODE SER TESTEMUNHA

- Pessoas com problemas mentais
- Cegos e surdos, quando a ciência do fato que se quer provar dependa dos sentidos que lhes faltam
- Menores de 16 anos
- Parentes de até terceiro grau

## QUEM PODE SER TESTEMUNHA

- Vizinhos e porteiros do prédio onde o casal morava podem testemunhar
- Eles terão de responder perguntas sobre o casal

## FIQUE ATENTO

- Alguns postos do INSS podem não aceitar as testemunhas como provas
- No começo do mês, o Agora fez ronda em cinco postos na capital e somente um deles sabia da mudança nas regras
- Segundo o INSS, quem analisa os pedidos sabe da alteração, portanto ela está valendo

## RELAÇÃO HOMOAFETIVA

A Ação Civil Pública nº 2000.71.00.009347-0 determina que companheiro(a) homossexual de segurado(a) terá direito a pensão por morte

## EM CASO DE NEGATIVA

Se ainda assim o INSS negar, o segurado poderá ir à Justiça:

### JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

É possível entrar com ação com ou sem advogado. O endereço no juizado na capital é av. Paulista, 1.345 (região central, próximo ao metrô Triano-Masp)

### VARA PREVIDENCIÁRIA

O segurado pode entrar com a ação em uma vara previdenciária, com advogado

## PRAZO

- A pensão é vitalícia
- Se o requerimento for feito até 30 dias após a morte do segurado, o dependente terá direito a receber retroativo

## DOCUMENTOS

- Do **ex-segurado**: NIT ou PIS/PASEP, certidão de óbito, CPF, se tiver e RG
- Do **dependente**: RG, CPF e NIT ou PIS/PASEP

## COMO PEDIR

Pelo telefone: **ligar na central 135**  
Pela internet: **www.previdencia.gov.br**